

REFLEXÕES SOBRE OS DESASTRES AMBIENTAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E PSICOSSOCIAIS¹

Patricia Carla de A. Souza²

patcarla@gmail.com

Carlos Frederico Loureiro³

floureiro@openlink.com.br

RESUMO

Este artigo baseia-se nas discussões de pesquisa qualitativa de doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro - em andamento no programa EICOS/UFRJ, sobre desastres ambientais - onde questões socioambientais e psicossociais, relativas aos desabrigados e desalojados, foram consideradas. Os registros incluíram dados da pesquisa de campo, a partir de entrevistas prolongadas com profissionais que passaram por experiências de trabalho voluntário com desabrigados e desalojados das grandes chuvas no estado do Rio de Janeiro, durante o período pós-desastre. Muito embora ainda exista uma grande lacuna em estudos teóricos, políticas públicas e ações comunitárias relativas ao tema no Brasil, um número crescente de eventos relacionados a deslizamentos de terra e inundações vem acontecendo, especialmente no estado do Rio de Janeiro. Após severas chuvas em regiões como Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis e Xerém, importantes discussões sobre a estrutura urbana destas cidades foram levantadas, a maior parte delas relacionada aos aspectos geofísicos de um desastre, mais que sobre estratégias para o trabalho com os sujeitos das comunidades envolvidas. Além da vulnerabilidade que perpassa o dia-a-dia destes grupos, eles ainda vivem em condição de exclusão social, desalojados, desabrigados ou tendo perdido suas famílias. A partir de um breve panorama na literatura nacional e internacional sobre riscos e desastres ambientais (inundações e deslizamentos de terra), onde os conceitos de territorialidade, vulnerabilidade, resiliência, justiça ambiental e reconhecimento foram revistos, o artigo inclui discussão sobre desafios socioambientais e psicossociais, que envolvem o tema.

¹Este artigo foi submetido pelos autores e aprovado pelo *Residential Doctoral School – Disaster Resilience Network*, Salford University, Manchester, Inglaterra, em 2014, tendo sido vertido para a língua portuguesa e adaptado pela autora para a presente publicação.

² Doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo programa EICOS/UFRJ; integrante do LIEAS/UFRJ (Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade); Psicomotricista.

³ Doutor em Serviço Social e Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Coordenador do LIEAS/UFRJ; Orientador da pesquisa deste artigo.

Palavras-Chave: Desastres Ambientais, Inundações, Resiliência, Rio de Janeiro, Vulnerabilidade

ABSTRACT

This work focuses on the discussions of a qualitative PhD research from *Rio de Janeiro's Federal University (UFRJ, Brazil)*, entitled *Methodological Strategies to the Work in Environmental Risk Areas in Brazil*, where social environmental and psycho-social questions, related to displaced and homeless subjects were considered. Registers included data from the field research, considering in-depth interviews with professionals who experienced voluntary work with homeless and displaced subjects during the post disaster phase, after the severe rains in Rio de Janeiro state. In spite of the lack of methodological, theoretical studies or public policies related to the theme in Brazil, we are currently facing increasingly events of landslides and floods, especially during summer season. After the last severe rains in regions such as *Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis* and *Xerem* – cities of Rio de Janeiro state - important discussions of our urban structure were brought up, most of them related to geo-physical aspects of a disaster more than to methodological strategies for the community subjects involved. Besides the daily vulnerability those residents are exposed to, they also live in social exclusion condition, displaced, homeless or having lost their families. This article focus on a brief overview in national and international environmental risk/disaster literatures (landslides and floods), where concepts of territory/rootness, vulnerability, resilience and environmental justice are overviewed, including discussions related to social environmental and psycho-social challenges related to the theme.

Keywords: Environmental Disaster, Floods, Resilience, Rio de Janeiro, Vulnerability

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, um grande número de áreas relacionadas a risco ambiental vem crescendo, em diferentes países e regiões do mundo. Neste cenário está incluído um grande número de desastres, com conseqüências drásticas para os residentes locais, muitos deles enfrentando uma nova condição de sujeitos desalojados e desabrigados, tendo perdido suas casas e posses ou, ainda, acompanhando a morte de membros de sua família. De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2004), no documento *La Reduccion de Riesgos de Desastres – Un Desafio para El Desarrollo*, em média

75% da população mundial vive em áreas, as quais pelo menos uma vez foram afetadas por desastre natural, como terremotos, ciclones tropicais, inundações e seca. Voltando nossa atenção para o Brasil, inundações, deslizamentos de terra e seca são os desastres naturais de maior frequência. Com uma área de 8.514.876,599 km² (IBGE, 2013) e uma população de aproximadamente 190.732.694 habitantes (CENSO, 2010), o Brasil é o quinto maior país do mundo, incluindo um total de 5.435 municípios (IBGE, 2013). De acordo com a Defesa Civil (1998), as secas, os deslizamentos de terra e as inundações são desastres de evolução crônica e gradual, com características e periodicidade diferentes, em cada região brasileira. As inundações deixaram cerca de 1,4 milhões de desabrigados de 2008 a 2012, e cerca de 1.543 municípios e 27 cidades em todo o país foram afetadas. Os números ratificam que, atualmente, estamos observando uma ocorrência crescente de eventos de inundações e deslizamentos de terra, especialmente durante a estação do verão nas regiões sul e sudeste do Brasil (Figura 1).

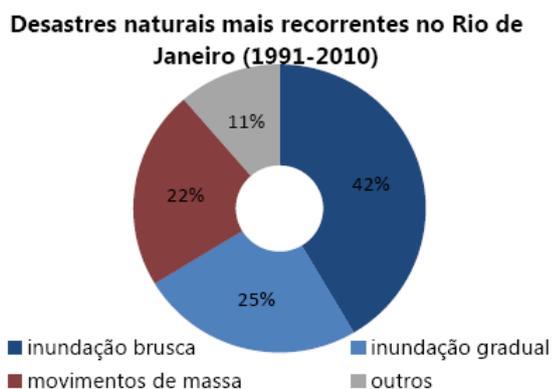


Figura 1. Desastres naturais no estado do Rio de Janeiro entre 1991 e 2010.

Fonte: UFSC (2011).

O presente artigo objetiva delinear alguns desafios socioambientais e psicossociais relacionados às fortes chuvas, inundações e deslizamentos de terra, especialmente os ocorridos de 2010 a 2013 no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Apresentamos parte das discussões realizadas na pesquisa de doutorado

da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Instituto de Psicologia, Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) intitulada *Estratégias Metodológicas para o Trabalho em Área de Risco Ambiental*. Os desafios mencionados incluem uma considerável lacuna nos estudos teóricos na área de desastres ambientais e, ainda, a falta de políticas públicas relacionadas ao tema no Brasil, juntamente a uma desconsideração das implicações sociais e econômicas da vulnerabilidade (WISNER et al., 2005). Os registros apresentados foram, ainda, construídos a partir dos relatos da pesquisa de campo - entrevistas prolongadas com profissionais que passaram por experiências de trabalho voluntário com desabrigados e desalojados das grandes chuvas no estado do Rio de Janeiro, durante o período pós-desastre.

É importante ressaltar que o presente artigo objetiva, ainda, possibilitar uma reflexão, a partir dos resultados preliminares da pesquisa em referência, em um contexto mais amplo, buscando integrar visões interdisciplinares ao tema dos desastres ambientais.

Após o estágio emergencial dos desastres ambientais, os relatos indicaram que os sujeitos desabrigados e desalojados são usualmente negligenciados, discriminados ou esquecidos. Além disso, indicaram uma grande deficiência em projetos acadêmicos e de ação comunitária, que considerem uma abordagem de educação ambiental crítica, onde sejam incluídas questões sociais e de suporte terapêutico básico para os sujeitos envolvidos. Desabrigados e desalojados não recebem assistência social regular, suporte psicológico e nem mesmo as mais básicas estratégias de gerenciamento nos abrigos - em sua maioria, improvisados. De acordo com pesquisa do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE, 2014), cerca de metade dos municípios brasileiros não possuem gerenciamento de risco ou desastre. E, ainda, os dados mostraram que em 2013, 48% dos municípios brasileiros não possuíam ações relacionadas ao gerenciamento de risco e desastres.

Considerando os desafios mencionados, as seguintes questões foram consideradas durante a pesquisa: existem experiências de trabalho, ainda que

silenciosas, sendo realizadas com os moradores de área de risco, no período pós-desastre? Como propor projetos de educação ambiental nestas áreas, se os desastres já aconteceram e as pessoas, em sua maioria, ainda encontram-se deslocada de suas casas – muitos deles desabrigados e desorientados em termos espaciais e emocionais? A resiliência do sujeito ou do grupo é levada em consideração no contexto de desastres ambientais no Brasil?

Acreditamos que os argumentos e questões previamente introduzidas justifiquem a relevância das discussões levantadas pelo presente artigo e que, ainda, os mesmos possam ser úteis para futuras pesquisas socioambientais e psicossociais sobre o tema. Além disso, que os desafios e potencialidades, aqui discutidos, possam referenciar a necessidade emergencial de políticas públicas envolvendo o assunto no Brasil.

O CONTEXTO DOS DESASTRES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro é um dos estados com o maior número de desastres no Brasil, principalmente relacionados a inundações e deslizamentos de terra (Figura 2). Localizado ao sudeste do Brasil, o estado do Rio de Janeiro possui uma área de 43.780.172 e população estimada de 16.369.179 em 2013 (IBGE, 2014). De acordo com estimativas da Defesa Civil, em janeiro de 2013 (DEFESA CIVIL, 2013), 200 mil pessoas em todo o estado foram afetadas por chuvas extremamente severas, em 8 municípios, incluindo Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis e Duque de Caxias (Xerém).



Figura 2 Inundações em Nova Friburgo e Deslizamentos de Terra em Teresópolis, 2011

Durante o período das chuvas, relativo a abril de 2010, o município de Niterói foi seriamente afetado por deslizamentos de terra e eventos dramáticos, revelando sérias conseqüências de nossa estrutura urbana (SOUZA, P. et al, 2009), a partir da ocupação desordenada e falta de interesse da administração pública local sobre os impactos da política de expansão imobiliária adotada pelo poder local. Em relação à administração do município de Niterói, o governo local autorizou a construção de residências em áreas de risco e insalubres, como o caso do Morro do Bumba, onde cerca de 50 residências foram afetadas. Esta foi considerada a pior tragédia da história do estado do Rio de Janeiro por chuvas, ocasionando a morte de 200 moradores por grave deslizamento de terra. As construções tiveram a autorização da prefeitura de Niterói, muito embora o local tenha sido o local de um antigo depósito de lixo (HERCULANO, 2013).

Apesar dos desafios relativos ao período das chuvas fortes não serem novidade para os residentes dos municípios de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Angra dos Reis, há ainda grande lacuna em relação a estratégias preventivas nestas áreas de risco e, ainda, poucos trabalhos sendo desenvolvidos no período pós-desastre. O foco dos trabalhos ainda está concentrado no momento emergencial, envolvendo Defesa Civil, corpo de bombeiros, equipe médica, religiosos, políticos, entre outros. Números alarmantes de desabrigados e desalojados não encontram suporte em serviços de assistência social regular ou serviços de suporte psicológico e nem mesmo estratégias básicas para a

permanência nos abrigos temporários. Estes acabam se tornando abrigos de longa permanência, ainda que sem estrutura mínima e atenção do poder público.

Voltando nossa atenção para o distrito de Xerém, Duques de Caxias, a destruição causada pelo temporal levou a muita destruição e deixou centenas de pessoas desabrigadas. O temporal fez os rios e córregos da região subirem, rapidamente, e um grande número de moradores deixou as casas. A força da correnteza arrastou casas inteiras, deixou carros empilhados e destruiu quatro pontes. De acordo com especialista do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Católica do Rio de Janeiro, a tragédia poderia ter sido evitada. Ele citou “a falta de fiscalização do poder executivo, a leniência do judiciário em julgar crimes ambientais e o populismo dos integrantes do legislativo, que buscam se promover em troca da facilitação da ocupação de áreas irregulares” (Agência Brasil, 2013). Além disso, ressaltou que a estrutura geológica da serra, em Xerém, é também encontrada em outras formações geológicas no estado do Rio de Janeiro, com maciços rochosos cobertos por camadas finas de solo e vegetação, o que favorece deslizamentos.

“Os escorregamentos acontecem por causa de três fatores: camada fina de solo, forte inclinação e grande quantidade de chuva. Outro fator que pode ter contribuído para a tragédia de Xerém é a quantidade de lixo que deixou de ser recolhida, nas últimas semanas pela gestão passada da prefeitura de Duque de Caxias e que acabou sendo carregada para dentro dos rios e riachos, ajudando a barrar o fluxo da água e causando transbordamentos” (SAYÃO, PUC RJ – Agência Brasil, 2013)



Figura 3. Restauradora de arte e sua família, em Xerem, aguardam aluguel social, foto Tânia Rego, Agência Brasil, 2013

De acordo com Valêncio (2009), os sujeitos desabrigados e desalojados são usualmente estigmatizados pela mídia, por residirem em área de risco ambiental, sendo enfatizada a questão da ocupação desordenada destes moradores, sem levar em consideração toda a complexidade e as contradições econômico-sociais que envolvem a “escolha” por este tipo de moradia. O que se observa, ainda, é um direcionamento das questões ambientais sem a devida consideração da realidade social objetiva das comunidades em área de risco e um enorme descaso após o momento emergencial.

Não ter para onde ir e revelar sua condição estigmatizante é um aspecto do dano severo à auto-imagem e identidade do desabrigado. Um mínimo de dignidade pessoal torna-se difícil na rotina pós-desastre (...). (VALÊNCIO, 2009).

Desta forma, acreditamos ser importante ressaltar que questões relativas à degradação ambiental ainda acontecem, paralelamente a práticas de exclusão sócio-econômicas. Os grupos de maior vulnerabilidade - não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina – estão relacionados às comunidades de baixa renda e em situação de vulnerabilidade (RBJA, 2001) nas esferas social, econômica, ambiental e psicológica.

QUESTÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Utilizando a abordagem qualitativa como estratégia fundamental (MINAYO, 1992), a pesquisa para o doutorado inclui uma visão teórica geral na literatura sobre risco e desastre ambiental na literatura nacional e internacional. Considerando que esta pesquisa iniciou-se no ano de 2011, com término previsto para fevereiro de 2015, gostaríamos de salientar uma grande lacuna na literatura acadêmica nacional sobre desastres ambientais no Brasil, neste período. Poucas pesquisas acadêmicas foram publicadas na área das ciências humanas sobre a temática, sendo, ainda, a maior parte dos trabalhos publicados no Brasil na área de engenharia ambiental, biologia e geotécnica.

Buscamos, no trabalho de campo, dar visibilidade a ações ainda que isoladas, voluntárias e “invisíveis”, de profissionais com experiência em estratégias para o trabalho na fase do pós-desastre no Brasil. Os participantes entrevistados realizaram projetos terapêuticos e sócio-educativos com sujeitos desalojados e desabrigados das inundações no estado do Rio de Janeiro (bem como de outros estados brasileiros e outros países) como terapeutas, educadores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros profissionais. Eles estiveram bem próximos à realidade que se apresenta em campo, com seus desafios e possibilidades.

A interação do pesquisador, pesquisado e dados da literatura possibilitaram uma identificação maior de sentimentos, experiências, valores e estratégias observadas, juntamente com a narrativa do pesquisador sobre eles (CHO & TRENT, 2006). Em relação ao tratamento dos dados, a metodologia de análise de conteúdo proporcionou objetividade, sistematização e inferência, relativos às estruturas semânticas, em conjunção com as estruturas sociológicas (BARDIN, 1979). A análise temática (MINAYO, 1992) foi escolhida como técnica específica de tratamento dos dados, para uma melhor organização das unidades de significado, dividindo o tratamento dos dados em três momentos: pré-análise (diferentes leituras, escuta das gravações); exploração do material (transcrição das entrevistas, organização da teoria e dos dados empíricos) e tratamento dos resultados (integração dos dados tratados previamente, com a dinâmica das relações culturais e sociais no Brasil).

O inventário das estratégias metodológicas (SOUZA & LOUREIRO, 2013) realizada pelos profissionais em campo, durante a prática da pesquisa de campo, ainda está na fase de tratamento dos dados e não incluído neste artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme apresentado no item introdutório, após as últimas chuvas severas em regiões como Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis e Xerém – cidades do estado do Rio de Janeiro – importantes discussões sobre nossa estrutura urbana foram questionadas, a maior parte delas relativas aos aspectos geofísicos de um desastre. Os referenciais teóricos escolhidos buscaram diluir a fragmentação que se apresenta na literatura de riscos/desastres, onde o que é relevante à área técnica não dialoga com o que é da área educativa, da área de saúde, etc.. Entendemos que os conceitos de territorialidade, enraizamento, vulnerabilidade, justiça ambiental, reconhecimento e resiliência, em si, já trazem uma interação entre os desafios socioambientais e psicossociais, que envolvem o tema, numa abordagem que amplia o olhar sob os sujeitos envolvidos em desastres ambientais. Segue, abaixo, breve comentário sobre cada um deles.

Desterritorialidade, Desenraizamento

Consideramos que o trabalho com o ambiente destes sujeitos, tão fragmentados por cada aspecto que envolve um desastre – a relocação de suas residências, o sentimento de *desterritorialização* e o *desenraizamento* (HAESBAERT, 2001) – exige uma reformulação de nossas referências prévias de trabalho ambiental em comunidade.

A desterritorialização, de acordo com Haesbaert (2001) está relacionada à perda das referências territoriais concretas do sujeito, o que se relaciona às perdas de sua conexão simbólica e cultural com seu espaço de moradia. Assim, os sujeitos

desabrigados e desalojados devem ser considerados, levando-se em conta também seus sentimentos de desenraizamento e desterritorialização, a partir da perda e deslocamento de suas residências. Isto inclui não somente a perda concreta, objetiva e material após um desastre, mas ainda a perda simbólica, possibilitando a abertura de um campo ainda mais vulnerável a uma série de outros riscos associados.

Ações comunitárias ou projetos acadêmicos de campo, que visem ir além das questões relativas às necessidades básicas imediatas (água, comida, cesta básica, etc.) devem ser considerados também prioritários. Após a fase aguda de emergência, os sujeitos envolvidos passam por uma quebra de laços simbólicos e afetivos de seu território e referencial de moradia. E, ainda, a maior parte dos abrigos para os quais eles são direcionados é, muitas vezes, estabelecida e gerenciada pela sociedade civil no Brasil, com pouco ou nenhum envolvimento da administração pública - e sem qualquer trabalho formalizado em âmbito psicológico ou social para os desabrigados e desalojados de desastres ambientais.

Vulnerabilidade

De acordo com a Defesa Civil (1998), a *vulnerabilidade* é a probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por ameaça ou risco potencial de um desastre, estabelecido por estudos técnicos. Corresponde a um nível de insegurança intrínseco de um cenário de desastre em evento adverso. A *vulnerabilidade* seria, desta forma, o oposto à segurança. O termo *vulnerável*, na pesquisa, é usado para referir-se àqueles sujeitos mais expostos aos riscos. Sujeitos que enfrentam grandes dificuldades na reconstrução de suas vidas e meios de subsistência após um desastre, o que os torna vulneráveis, novamente, aos efeitos e riscos subseqüentes. Assim, são considerados vulneráveis a uma série de riscos associados (BLAIKIE, 1993), incluindo a retraumatização do choque, imposto pelo impacto do evento, em uma posição de impotência, sem encontrar respostas para as questões agudas que se

apresentam. Além disso, desafios individuais e da história do sujeito - ou do grupo a que pertence - podem influenciar suas capacidades de antecipação, resistência e recuperação, após o impacto causado por um evento extremo. Isto reforça, ainda mais, a conexão dos residentes de área de risco e a vulnerabilidade.

Justiça Ambiental

De acordo com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2001), o conceito de injustiça ambiental é utilizado para referir-se a um fenômeno desproporcional de imposição dos riscos ambientais para a população politicamente e economicamente vulnerável. Por outro lado, o conceito de *justiça ambiental* refere-se a uma dimensão, onde a injustiça social tenha sido superada. Esta nova perspectiva integraria as lutas sociais e ambientais e seria uma alternativa para o desenvolvimento excludente (HERCULANO, 2002). No estado do Rio de Janeiro, a injustiça ambiental está hoje diretamente relacionada à expansão imobiliária desenfreada, resultando em uma grande pressão aos moradores antigos das comunidades, a desocuparem suas terras – já que a maior parte destas famílias no passado não possuía documento de registro de suas terras. Assim, os moradores desapropriados de suas terras (expropriados, seria a melhor palavra), passam a viver em área de risco, o que aumenta ainda mais o nível de vulnerabilidade e marginalização a que estão expostos.

Reconhecimento

O *reconhecimento* (FRASER et al., 2003) passa por uma necessidade de uma referência identitária local. A força política de um grupo vai afirmar sua existência, mas apenas no momento em que os sujeitos deste grupo também se reconhecerem individualmente e culturalmente. O *reconhecimento* passa por uma necessidade de referência de identidade local, que até hoje, no Brasil, vem

sendo construída através das resistências. O ato de alguém reconhecer-se como tal – *eu sou este* - refere-se a outro tipo de reconhecimento, o de que *eu também sou um destes*. Igualdade e singularidade caminham juntas, assim como a liberdade individual passa pela liberdade coletiva. E esta é a complexidade dos processos identitários. *Somos agentes individuais e coletivos na história* (LOUREIRO et. al., 2006, p.120).

Resiliência

Possíveis estratégias para o trabalho em áreas de risco são importantes passos a serem considerados na abordagem relacional sobre trauma de choque (LEVINE, 2012) e *resiliência*. De acordo com a concepção de Assis et al. (2006), a *resiliência* seria um processo interativo entre sujeitos e seu ambiente, o qual os habilitaria e fortaleceria para lidar positivamente com a adversidade. No entanto, é importante ressaltar que o conceito de *resiliência* vem sendo considerado com cuidado, na pesquisa de doutorado em referência.

Notamos que, atualmente, o termo parece estar sendo, com frequência, referido a diferentes significados, de acordo com diferentes abordagens técnicas, alguns deles não considerados de forma crítica. Desta forma, é importante pontuar que não consideramos como *resiliência* qualquer “ensinamento” de habilidades especiais, para que os sujeitos tenham atitudes ecológicas ou psicológicas corretas. Ao invés disso, nossa perspectiva teórica para o termo *resiliência* refere-se mais a uma capacidade interna de nosso sistema corporal gerenciar a carga gerada por períodos de alto estresse – incluindo eventos extremos e choque, como conseqüências dos desastres – possivelmente, retornando a sua auto-regulação, independentemente da magnitude da experiência (LEVINE, 2012).

A *resiliência* permite que nosso sistema nervoso possa, lentamente, absorver ou aliviar a carga energética intensa, movida em nossa fisiologia no momento da emergência – onde foi necessário preservar a vida, como um todo. Mas, ainda devemos considerar que as comunidades envolvidas em desastres raramente possuem suporte econômico, político e social básico, necessário para proteger o

grupo de situações de choque. Iniciativas do governo local e agências externas, juntamente com a criação de políticas públicas em suporte às iniciativas conduzidas em comunidade e atividades podem também ser de extrema importância para a habilidade de uma comunidade encarar e recuperar-se de quedas econômicas, sociais e psicológicas (MATTHEWS, 2007). Isto também foi relatado na maior parte das entrevistas, durante o trabalho de campo de nossa pesquisa. Grande parte dos participantes entrevistados mencionou sobre “os sujeitos invisíveis da área de risco no Brasil” e a ausência de políticas públicas de moradia e sociais para os sujeitos desabrigados e desalojados envolvidos em desastre ambiental. O item seguinte considera pontos importantes do relato dos profissionais entrevistados no trabalho de campo, em entrelace com a literatura nacional e internacional sobre risco/desastres ambientais.

QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS, PSICOSSOCIAIS E A PESQUISA DE CAMPO

Os profissionais entrevistados, durante a pesquisa de campo, enfatizaram a questão da falta de políticas públicas no Brasil, direcionadas às questões socioambientais e psicossociais, relativas à população atingida por desastres ambientais. A falta de um planejamento urbano para populações em situação de vulnerabilidade, somente aumenta os danos materiais e imateriais dos envolvidos. E, as consequências recaem sobre a população que ocupa as áreas mais vulneráveis, sob o ponto de vista ambiental, principalmente se consideramos a situação de um pós-desastre – após as inundações e deslizamentos de terra. A literatura nacional na área da educação ambiental crítica, também ratifica os relatos dos entrevistados, afirmando Acsehrad (2004), que as *injustiças ambientais* incluem políticas de desenvolvimento excludentes, que aumentam os níveis de desigualdade e marginalização. E, mesmo nos núcleos de desenvolvimento urbano-industrial, persistem as baixas condições de vida e trabalho para grande parte da população. Neste ponto de

discussão trazemos, mais especificamente, as questões relativas ao conflito ambiental, referentes à população de área de risco ambiental.

Condições objetivas propiciaram que o ‘ambiental’ fosse incorporado pelos movimentos sociais, como elemento estratégico nas lutas populares e democráticas e para a explicitação dos conflitos ambientais, uma vez que a disputa por bens naturais e seu controle na apropriação e uso é inerente à propriedade privada capitalista. (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013).

Com o avanço da especulação fundiária e imobiliária, no uso e ocupação do solo urbano, moradores antigos de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro vêm sendo levados a desocuparem seus antigos terrenos, por não terem em mãos documento oficial de suas terras. No passado, principalmente se considerarmos áreas com características rurais, era de praxe que os moradores destas áreas possuísem apenas um documento informal de posse de seus terrenos, o que passava de geração em geração. Esta foi - e ainda é - a realidade de muitas famílias, muitas delas sem acesso ao sistema de águas e esgoto em Niterói, São Gonçalo, Teresópolis, Petrópolis e outras cidades de nosso estado. Não é o foco deste artigo, aprofundar a discussão sobre as questões da especulação fundiária e imobiliária e questões de planejamento urbano, mas acreditamos ser importante pontuar que existem questões indiretamente (ou diretamente) relacionadas aos moradores de área de risco.

A “escolha” de suas moradias, em muitos casos, está associada à realidade acima mencionada. Nesta perspectiva, a ocupação em área de risco ambiental estaria relacionada à realidade que se apresenta hoje em diversas cidades do Brasil: a expansão imobiliária. A mesma vem sendo um dos fatores para desapropriação de moradores antigos e conseqüente aumento da ocupação de populações em área de risco ambiental, não somente no estado do Rio de Janeiro (HERCULANO, 2013; SOUZA et al. 2009), mas em outras cidades brasileiras. De acordo com Kowarick (1993), a autoconstrução é para a

maioria, a estratégia mais viável e, às vezes, a única possível, partindo para construção em áreas mais desvalorizadas e de maior vulnerabilidade ambiental.

Se por um lado há uma necessidade fundamental e indiscutível de estudos geotécnicos e de engenharia ambiental sobre as questões estruturais que envolvem os desastres, por outro lado há, também, questões de implicação social, política e psicológica associadas ao tema, que devem ser consideradas, com a mesma profundidade e importância. Mais do que apenas transmitir orientações conceituais e técnicas para os sujeitos de área de risco, devemos incluir novas possibilidades sócio-educativas (MENDONÇA, 2013), socioambientais, psicossociais e terapêuticas, que promovam uma maior escuta e interação entre os envolvidos - técnicos, profissionais da Defesa Civil, associações comunitárias, terapeutas, acadêmicos, etc.. Em outras palavras, é de extrema importância a aproximação da questão dos desastres ambientais à realidade concreta e simbólica dos sujeitos de fato envolvidos, considerando toda uma complexidade de fatores que envolvem a ocupação de área de risco - ao invés de uma interpretação que, muitas vezes, reduz estas questões a uma mera “escolha” de moradia.

O gerenciamento pós-desastre torna-se mais complexo, já que o impacto de um desastre, em muitos casos, não é o único evento de alto estresse a que o sujeito está exposto. Muitos deles já vivem experiências de fome, violência doméstica, drogas na família, construções insalubres, etc. Estes fatores de alto estresse na vida destes sujeitos levam os mesmos a vivenciarem situações simultâneas de alto estresse, não apenas relativas àquele desastre específico, mas a uma série de experiências traumáticas. Assim, estratégias emergenciais, que possibilitem um mínimo de orientação espacial e estabilização emocional para os envolvidos (SOUZA, 2013) são fundamentais no trabalho pós-desastre. Apenas após as estratégias terapêuticas emergenciais, que podemos chamar de “ponto zero”, os sujeitos em alto nível de estresse podem criar algum espaço interno para a participação externa em trabalhos ambientais ou que exijam uma resposta de maior presença. Isto envolve o reconhecimento (FRASER, 2003) de suas

necessidades psicossociais e emocionais, juntamente com uma resposta as suas demandas mais imediatas.

Os sujeitos desabrigados e desalojados estão fora de seu território – não apenas o território externo e geográfico, mas o território interno, afetivo e simbólico, que nas situações de alto estresse apresentam-se fragmentados. O reconhecimento da resiliência do sujeito referencia-se na percepção de seus recursos internos, desenvolvidos ao longo de sua vida – em muitos casos ampliados nas inúmeras situações, onde o grupo se manteve unido, voluntariamente diante de uma tragédia. A equipe técnica envolvida no gerenciamento do pós-desastre deve considerar este aprendizado local, grupal e espontâneo, que acontece nas comunidades, onde ainda existe grande lacuna no poder público ao atendimento de necessidades emergenciais. O reconhecimento das experiências já vividas e conquistadas pelo grupo local pode ser uma estratégia de vital importância para futuros trabalhos preventivo de novos desastres. Estas experiências também fazem parte da resiliência interna do sujeito e externa do grupo, nas situações de ação conjunta nas experiências passadas.

Tendo em vista que níveis altos de estresse podem impor grandes limitações, não somente à comunidade envolvida, mas ainda à equipe de trabalho, o acesso à resiliência individual ou a do grupo possibilita uma ampliação da presença do sujeito em seu primeiro território: o corpo. Em seus estudos sobre resiliência, Cyrulnik (2006) relacionou os conceitos de biologia, psicologia e ética e definiu resiliência como a “arte de navegar na tormenta”. Em casos de perda, adversidade, morte e sofrimento – inevitáveis em alguns momentos da vida – a solidariedade e o afeto dos grupos envolvidos podem ser pontos fundamentais para o reconhecimento e ampliação da resiliência do sujeito. Este ponto de vista provoca uma mudança de referência dos sujeitos, de passivos e excluídos (como a interpretação mais comum pela mídia, principalmente), subestimando sua capacidade de reposta às situações altamente estressantes de sua vida, para sujeitos capazes de acessar seus recursos e suas estratégias de resiliência (WISNER et al., 2005), provenientes de sua própria história de vida e das

experiências prévias naquela comunidade. Assim, voluntários, psicólogos, assistentes sociais, pesquisadores e toda a equipe geotécnica envolvida com comunidades de risco ambiental se beneficiam, abrindo uma escuta para as experiências locais, vividas por determinado grupo.

Como já mencionado anteriormente, é importante ressaltar que a equipe de profissionais envolvidos no trabalho emergencial ou no pós-desastre também está exposta a níveis de estresse muito alto. Apenas após cuidarem de si próprios, estarão aptos a qualquer trabalho que envolva a escuta de qualidade, ampliando seu campo de percepção para o reconhecimento dos recursos já existentes naquela comunidade. Abaixo, citamos um trecho de uma das entrevistas, durante a pesquisa de campo. O entrevistado - terapeuta, especialista em trabalhos comunitários em situação de alto estresse, participante do programa de Terapia Comunitária, no Brasil e em outros países – cita a fala de um dos moradores em situação de vulnerabilidade, diante da chegada de sua equipe de trabalho:

Estas comunidades não têm apenas histórias dramáticas! Elas desenvolvem soluções criativas com a experiência dos grupos trabalhados, o que inclui a resiliência individual e coletiva dos envolvidos. As referências locais daquele grupo, sua cultura local, rituais, símbolos, valores, música, arte... Memórias sociais, construídas por sua própria sabedoria; a função do cuidador é apenas valorizar e reconhecer toda esta bagagem que eles já possuem, como um valioso recurso para as experiências traumáticas. É comum ouvirmos de líderes comunitários: “Se você está aqui para dizer que somos frágeis e traumatizados, vá embora!! Se você vem aqui para nos ensinar a sermos dependentes de um especialista, vá embora!! Muitas pessoas já fazem isso e vão logo embora... Você só é bem-vindo se nos ensinar a tomar conta de nós mesmos!!” (Terapeuta, 47 anos)

As palavras acima reforçam a importância de projetos e metodologias participativas, as quais não estejam desconectadas da realidade dos

participantes e que não estejam apenas indicando “atitudes ecologicamente corretas”, sem considerar a relevância de uma participação mais efetiva dos residentes de área de risco. A resposta imediata às demandas destes sujeitos inclui a construção de uma nova abordagem, que considere sua situação crítica e possíveis ações e caminhos estratégicos, envolvendo as esferas social, ambiental, econômica, política, psicológica e educativa.

PALAVRAS FINAIS

Os desafios relacionados à população de áreas de risco e/ou expostas a desastres ambientais - mais especificamente, envolvendo chuvas de verão no estado do Rio de Janeiro, no período em referência - não foram apenas de ordem material e econômica, mas também imaterial e subjetiva. Políticas públicas, que possam dar suporte, não somente às questões emergenciais, mas também às questões que envolvem a fase do pós-desastre, a prevenção, a mitigação e o gerenciamento de riscos no Brasil deveriam ser considerados “prioridade”, para a redução de todo o ciclo citado neste artigo.

Compartilhando neste artigo de parte das discussões da pesquisa de doutorado realizada no programa EICOS/UFRJ, buscamos ampliar o campo de referência sobre o tema, focando no entrelace das questões socioambientais e psicossociais que envolvem: o sujeito, a comunidade e os profissionais de área de risco/desastres. Diante do presente cenário de invisibilidade dos sujeitos e do baixo conhecimento e reconhecimento das ações que acontecem no Brasil, durante o pós-desastre, discutimos fatores complexos que levam os sujeitos a morarem em área de risco, considerando a questão da vulnerabilidade, também em outros planos. Apresentamos conceitos oriundos de ciências distintas que auxiliam na compreensão integrada do tema e indicamos algumas formas de enfrentamento deste, que é um dos grandes desafios contemporâneos: os desastres ambientais. Esperamos que a breve reflexão trazida neste artigo, a

partir de discussões fundamentais e interdisciplinares, possa motivar novas pesquisas sobre a temática dos desastres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD. *Justiça ambiental e cidadania*. Relume Dumará, 2004.

ASSIS, S.G., PESCE, R.P., & AVANCI, J.Q, 2006. *Resiliência: Enfatizando a Proteção dos Adolescentes*, Porto Alegre, Brazil: Artmed.

BERKES, F., TURNER, N. . Knowledge, Learning and the Evolution of Conservation Practice for Social-Ecological System Resilience, *Human Ecology*, Vol. 34, No. 4, 2006;

BLAIKIE, P., T. CANNON, I. DAVIS & B. WISNER. *At Risk: Natural Hazards, Peoples' Vulnerability and Disasters*, London: Routledge, 1994.

CENSO, 2010. http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/ibge_27_dos_municipios_brasileiros_foram_atingidos_por_enchentes_afetando_14; Accessed on 20.10.2013;

CHO, J.; TRENT, A.. Validity in qualitative research revisited. *Qualitative Research Journal*, v. 6, n. 3, p. 319-340, 2006;

CYRULNIK B. . *Amor à Beira do Abismo*. São Paulo, Brazil: Martins Fontes, 2006;

DEFESA CIVIL. <http://www.defesacivil.sc.gov.br/> Accessed on 20.10.2013;

FRASER, N., HONNETH, A., JAMES, I.. *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. London, 2003.

HAESBAERT, R.. Território, cultura e desterritorialização. In: Rosendahl, Z & Correa, R.L. (orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro, Brazil: EdUERJ, 2001;

HERCULANO, S.. Riscos e Desigualdade Social: A Temática da Justiça Ambiental e sua Construção no Brasil: *I Encontro ANPPAS, GT Teoria e Ambiente*, Indaiatuba, São Paulo, Brazil, 2002;

_____. Conflitos entre Usos de Interesse Social em Área Periurbana de Preservação Ambiental: *Revista Vitas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, Ano III, No. 6, abril de 2013;

IBGE. <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>. Accessed on 25.03.2014;

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993;

LEVINE, P. *Uma voz sem palavras: como o corpo libera o trauma e restaura o bem-estar*. São Paulo, Brazil: Summus, 2012;

LOUREIRO, C. F., LAYARGUES P. P., Castro, R. S. (orgs.). *Educação Ambiental: Repensando o espaço de cidadania*, 3 ed, São Paulo, Brazil: Cortez, 2005;

_____. *Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Perspectivas de Aliança Contra-Hegemônica. Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 11, no. 1, p. 53-71, 2013;

Mc ENTIRE, D.. Triggering Agents, Vulnerabilities and Disaster Reduction: Towards a Holistic Paradigm. *Disaster Prevention and Management*, 10(3), 189-196, 2001;

MATTHEWS R., E. S., MALINICK T.. in: *Should I Stay or Should I Go?: Investigating Resilience in B.C.'s Coastal Communities*. Lorne Tepperman and Harley Dickinson (Editors), Reading Sociology: Canadian Perspectives. Chapter 60, pp. 260-263. Toronto, Canada: Oxford University Press, 2007;

MENDONÇA, M.B, LUCENA, R. *Atividades Socioeducativas para a Redução de Desastres Associados a Deslizamentos*. Laboratório de Pesquisa em Tecnologias da Informação e da Comunicação - LATEC/UFRJ & Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Ambiental - GEA/UFRJ, vol. 3, no. 2, jul/dez. 2013;

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Brazil: Hucitec, 1992;

Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Especial de Políticas Regionais, Departamento de Defesa Civil, 1998. *Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres*, Brasília, Brazil;

PNUD - Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Dirección de Prevención e Crisis y de Recuperación, 2004. Available at: http://www.undp.org/cpr/disred/documents/publications/rdr/execsummary_esp.pdf. Accessed in: 12 dec 2013;

SOUZA, P. C. A., LOUREIRO C. F.. *Memória Oral e Transmissão de Conhecimentos: A Comunidade do Sapê, Niterói, RJ, na Voz de Mateiros, Erveiros e Cultivadores de Plantas Ornamentais da Região*. Rio de Janeiro. *Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)* – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, Brazil, 2009;

_____. *Memória Oral e Troca Intergeracional: A Voz Silenciosa de Mateiros, Erveiros e Cultivadores do Bairro do Sapê, Niterói, Rio de Janeiro*. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade* – www.uff.br/revistavitas ISSN 2238-1627, Ano II, Nº 5, dezembro de 2012;

_____. *Estratégias Metodológicas para o Trabalho em Risco Ambiental: Contribuições da Experiência Somática*. In: ROSSI, C. e NETTO, L. *Práticas Psicoterápicas e Resiliência – Diálogos com a Experiência Somática*, Rio de Janeiro, Brazil, 2013;

UNDP, United Nations Development Programme. *Disaster Risk Reducing: a Challenge for Development*. New York, USA: UNDP, 2013;

VALENCIO, N., et alli. *Sociologia dos Desastres, Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*, São Carlos, RiMa Edidora, 2009;

WISNER, B. Disaster vulnerability, scale power and daily life, *GeoJournal*, vol. 30, no. 2, pp. 127-140, 1993;

_____. *At Risk – Natural Hazards, people´s vulnerability and disasters*: Routledge, London & New York, 2005.